

# ENEGRECENDO OS ESTUDOS CRÍTICOS DISCURSIVOS: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS AFROPERSPECTIVISTAS PARA O CAMPO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NO BRASIL

## BLACKENING CRITICAL DISCURSIVE STUDIES: AFROPERSPECTIVIST EPISTEMOLOGIES CONTRIBUTIONS TO THE FIELD OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS IN BRAZIL

Litiane Barbosa Macedo\*

### RESUMO

Apresento, neste artigo, algumas reflexões acerca da relevância das epistemologias afroperspectivistas para construções teóricas e metodológicas dos estudos críticos do discurso. No campo da Análise Crítica do Discurso (ACD), estas pesquisas buscam compreender as relações entre discurso, raça e outras interseccionalidades em nosso contexto brasileiro. Ao discutir sobre práticas racistas nas manifestações discursivas na contemporaneidade, são necessárias perspectivas epistemológicas que assimilem as múltiplas formas de opressão que atingem negras/os em nossa sociedade – opressões que são frutos da colonialidade (NASCIMENTO, 2019; RESENDE, 2017, 2019; SANTOS, 2019). Além disso, é urgente pensar em produções locais de teorias e metodologias a fim de superar o falso ‘conhecimento universalizante’ tão consolidado na ciência moderna (RESENDE, 2017, 2019; PARDO, 2011, 2019; VIEIRA, 2019). Por isso, em um primeiro momento, apresento algumas considerações quanto as premissas básicas sobre a ACD e a perspectiva decolonial latina da ACD (ACD-LA). Em seguida, discorro sobre as contribuições dos pensamentos afroperspectivistas e decoloniais para ACD, os quais formulam reflexões conceituais acerca do discurso, as relações entre linguagem e racismo, dentre outros aspectos (GONZALEZ, 1988; CARNEIRO, 2005, 2011; GOMES, 2005; RIBEIRO, 2017, 2019; ALMEIDA, 2019; NASCIMENTO, 2019; COLLINS, 2019; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019; FANON, 2008; BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018; MAKONI ET AL, 2003). Para finalizar, através de um levantamento de pesquisas que abordem racismo e discurso publicadas nos últimos anos no Brasil sob a perspectiva da ACD, busco apontar os caminhos percorridos com o intuito de contribuir para uma visão geral dos estudos locais acerca dessa temática.

**Palavras-chave:** análise crítica do discurso; racismo; epistemologias afroperspectivistas.

### ABSTRACT

In this article, I present some arguments about the relevance of Afroperspectivist epistemologies to theoretical and methodological constructions in critical discourse studies, specifically to Critical Discourse Analysis (CDA), to studies that aim to understand the relationship between discourse, race and other intersectionalities in our Brazilian context. When discussing racist practices in contemporary discursive manifestations, it is important to consider epistemological perspectives that assimilate the multiple forms of oppression which affect black people in our society – oppressions that are consequences of coloniality (NASCIMENTO, 2019; RESENDE, 2017, 2019; SANTOS, 2019). In addition, it is urgent to think about local creations of knowledge in order to overcome the false ‘universalizing knowledge’ so consolidated in modern sciences (RESENDE, 2017, 2019; PARDO, 2011, 2019; VIEIRA, 2019). Therefore, firstly, I present some concepts of CDA and the Latin-American decolonial perspectives of CDA (CDA-LA). Then, I discuss the contributions of Afroperspectivist and decolonial epistemologies to CDA, considering notions of discourse, the relations between language and racism, among other relevant elements (GONZALEZ, 1988; CARNEIRO, 2005, 2011; GOMES, 2005; RIBEIRO, 2017, 2019; ALMEIDA, 2019; NASCIMENTO, 2019; COLLINS, 2019; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019; FANON, 2008; BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018; MAKONI ET AL, 2003). Finally, in the last section of this article, I present an investigation which describes recent pieces of research about racism and the discourse from the perspective of the ACD conducted in Brazil, aiming to point out the paths taken in order to contribute to an overview of local studies about this theme.

**Keywords:** critical discourse analysis; racism; afroperspectivist epistemologies.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fala pode criar a paz, assim como pode destruí-la. É como o fogo. Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio. Diz o adágio malinês: “O que é que coloca uma coisa nas devidas condições (ou seja, a arranja, a dispõe favoravelmente)? A fala. O que é que estraga uma coisa? A fala. O que é que mantém uma coisa em seu estado? A fala”.

(Amadou Hampaté Bâ)

\* Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil. litiane.macedo@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3742-0300>

Em seu texto intitulado a tradição viva, Amadou Hampaté Bá discute sobre o papel fundamental da oralidade na construção da história das culturas africanas, especificamente sobre as comunidades orais da savana ao sul do Saara, desmistificando os conceitos sobre a escrita enquanto única fonte de ‘verdade histórica’, visão advinda das sociedades europeias. O campo de saber da História, por muitos anos, foi formado por pensadores (enfazando o sufixo -es, sujeitos masculinos) que utilizavam apenas recursos escritos para descrever registros históricos como confiáveis, fato que por consequência estereotiparam como ‘povos sem história’ aqueles cujas culturas passadas tinham a oralidade como fonte de produção de conhecimento. Para esses povos, a fala é muito mais que um modo de comunicação; a fala humana seria dotada de um poder de materialização de forças habitadas em cada ser; a fala gera movimento e ação (LOPES; SIMAS, 2020). Por isso, na epígrafe desta seção, vemos descrita a sua potência criadora e destruidora. A força da oralidade está, portanto, presente nas comunidades afrodiáspóricas<sup>1</sup> como um legado que nos possibilitam resistir (e reexistir) a tantos séculos de mazelas provocadas pelo sistema colonial, assim como manter sabedorias e conhecimentos ancestrais.

Partindo dessa perspectiva inerente a algumas sociedades tradicionais africanas<sup>2</sup> sobre a linguagem, podemos observar a “complexidade, sofisticação e profundidade” dos pensamentos africanos (e afrodiáspóricos) que têm sido refutados por uma lógica intelectual imperialista (LOPES; SIMAS, 2020, p. 16). Nesse sentido, parte do título deste artigo, *Enegrecendo os Estudos Críticos Discursivos*, inspirado pelo texto da filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro, *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, expressa a crítica que busco trazer a um universalismo hegemônico no campo do saber discursivo que acaba por anular a pluralidade do saber, tendo em vista que a questão racial está intrínseca à configuração do que entendemos por sociedade. Enegrecer, ou seja, “torna-se negro; tornar(-se) negro; anegralhar(-se), anegrar(-se), negrejar”<sup>3</sup> toma uma proporção política de estabelecer, para além de entendermos as práticas discursivas pelo viés da racialidade, uma proposta de decolonização do campo do conhecimento. Ainda, enegrecer – termo atrelado a construção racial social negra – aqui é ressignificado e, desta forma, extinguindo seu sentido negativo de “atingir a boa reputação (de alguém); lançar descrédito sobre; denegrir, macular, ultrajar”<sup>4</sup>, para um significado de afirmação política e de diversidade.

Tendo em vista tais aspectos explanados, tenho como objetivo de apresentar algumas reflexões acerca das epistemologias afroperspectivistas<sup>5</sup> no que tange às possibilidades de construções teóricas e metodológicas nos estudos críticos do discurso, especificamente no campo da Análise Crítica do Discurso (ACD) – arcabouço teórico que faz parte de minha formação acadêmica. Enfatizo que a proposta aqui lançada não busca trazer respostas prontas e verdades absolutas, mas sim procura trazer alguns questionamentos e outras possibilidades epistemológicas para pesquisadoras/es que investigam as relações entre discurso, raça e suas interseccionalidades em nosso contexto brasileiro (e afrodiáspórico) diante de perspectivas críticas de análises discursivas.

Diante dos objetivos estabelecidos acima, lanço as seguintes questões que proponho abordar ao longo das discussões: qual a relevância das explanações de pensadoras/es negras/os que contribuiriam para fundamentar questões sobre o discurso e a raça no Brasil? Por que e como buscar uma afroperspectiva para os estudos críticos do discurso, sendo esses provindos de epistemologias do Norte Global? Para esses questionamentos, dentre outros, atento para uma perspectiva afro e decolonial, pois entendo que tais perspectivas apontam caminhos para pensar sobre o espelhamento das estruturas sociais nas práticas discursivas atreladas a experiências raciais, partindo do pressuposto

1. Entendo por afrodiáspora as comunidades as quais tiveram como processo sócio-histórico uma migração forçada e a violência da condição humana, a ponto desses indivíduos reinventarem e redefinirem suas atribuições identitárias e, por meio de muita resistência, criaram novas formas de viver nesses espaços. Na diáspora negra no Brasil, estes povos são provenientes de lugares que hoje fazem parte de Moçambique, Angola, Senegal, Nigéria e Benin, predominantemente. Podemos notar demais comunidades afrodiáspóricas em países da América Latina e Caribe, como Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, dentre outros. Para uma leitura mais aprofundada sobre afrodiáspora no Brasil, recomendo a obra de Linda Heywood (2008), *Diáspora Negra no Brasil*.
2. É importante ressaltar que entender essa perspectiva se trata de uma comunidade específica que não pode ser generalizada, apesar de se encontrar sociedades e comunidades com pensamentos afins dentro do próprio continente africano. Trazer a pluralidade ao mencionar tais sociedades expressam que ocorrem algumas nuances de conceitos, modificações e diferenciações de acordo com as comunidades tradicionais que, entre elas, também são plurais. Portanto, uma perspectiva sob o olhar plural da diversidade étnica dentro da própria África enquanto continente nos auxilia a quebrar estereótipos que tendem a unificar as experiências dos povos marginalizados.
3. Primeira definição da palavra *enegrecer*. Fonte: Dicionário Michaelis. link: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=enegrecer> Acessado em 1 de outubro de 2020.
4. Segunda definição da palavra *enegrecer*. Fonte: Dicionário Michaelis. link: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=enegrecer> Acessado em 1 de outubro de 2020.
5. Uso os termos “afroperspectiva”, “afroperspectivista” ou “afroperspectividade”, para denominar “uma linha ou abordagem filosófica que reconhece a existência de várias perspectivas” a qual “sua base é demarcada por repertórios africanos, afrodiáspóricos, indígenas e ameríndios”, conforme define Nogueira (2014, p. 45).

de que elementos contextuais que influenciam tais práticas são pautadas em lógicas da colonialidade/racismo. Além disso, considerando que tenho como objetivo apontar contribuições a nível epistêmico, essas perspectivas permitem debater sobre a colonização do âmbito do saber – tema valioso ao discutirmos sobre as epistemologias presentes e que fomentam os estudos do discurso no Brasil.

Este artigo é fundamentado por três perspectivas, começando pela seção introdutória, onde apresento algumas considerações quanto às premissas básicas sobre a Análise Crítica de Discurso (ACD) – ou como em muitos trabalhos aqui no Brasil, chamada de Análise do Discurso Crítica (ADC) – bem como as perspectivas decoloniais latinas inseridas neste campo (ACD-LA). Em seguida, discorro sobre as possíveis contribuições dos pensamentos afrodiaspóricos para ACD, os quais se delongam desde reflexões conceituais sobre o discurso, as relações entre linguagem e racismo, dentre outros elementos relevantes (GONZALEZ, 1988; CARNEIRO, 2005, 2011; GOMES, 2005; RIBEIRO, 2017, 2019; ALMEIDA, 2019; NASCIMENTO, 2019; COLLINS, 2019; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019; FANON, 2008; BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018; MAKONI et al, 2003). Como parte final deste artigo e através de um levantamento de pesquisas que abordam racismo e discurso publicadas nos últimos anos no Brasil sob a perspectiva da ACD, busco apontar os caminhos percorridos e as possibilidades de estudos com o intuito de contribuir para uma visão geral dos estudos locais acerca dessa temática.

## 1. PRINCÍPIOS DA ACD E DA ACD-LA

As formas das ideologias raciais, assim como a maneira que são reproduzidas e desafiadas no texto e fala, são historicamente, politicamente e geograficamente localizadas.

(Susana Martínez-Guillem)

Ao discutirmos sobre racismo e discurso sob a perspectiva da ACD, primeiramente, é importante compreender o papel relevante da linguagem em uso em processos histórico-sociais e sua relação dialética com a sociedade. De acordo com essa visão, é possível descrever a linguagem como prática social – um modo de ação contextualmente situado – a qual institui identidades sociais, relações sociais e sistemas como de conhecimento e crença (RESENDE; VIEIRA, 2006). Diante das opressões existentes, a linguagem em uso – o discurso – portanto, reproduz e mantém boa parte dessas práticas. Os estudos críticos de discurso têm apontado o quanto as desigualdades raciais são expressas, constituídas, legitimadas e naturalizadas por diversos gêneros discursivos (VAN DIJK, 2005).

Desse modo, a relação intrínseca entre o mundo social e as práticas discursivas, seguido do entendimento da parcialidade de textos consumidos em nossa sociedade, aponta a contribuição significativa da ACD para investigações que buscam compreender como questões raciais são construídas através do discurso. A ACD é, portanto, um conjunto de abordagens científicas transdisciplinares que busca analisar fenômenos sociais de uma forma textualmente<sup>6</sup> orientada. Batista Jr, Sato e Melo (2018) apontam que a ACD foca, portanto, para o texto e também para a realidade social sob investigação, através de análises de textos orais e escritos contextualizados, os quais sejam coerentes e seus significados.

Além disso, levando em consideração que os sujeitos envolvidos nas práticas sociais são vistos como ativos e não passivos, através do ponto de articulação entre o discurso e o social, é possível que haja uma mudança paradigmática das práticas sociais naturalizadas. De acordo com Santos (2019, p. 122),

[...] resistir (e reexistir) por meio dos textos pode ser entendido como um processo potencial inerente a todo e qualquer indivíduo socialmente oprimido diante de um processo contínuo de iniquidades. A resistência, vejo, está relacionada ao rompimento estratégico com cadeias clássicas, muitas vezes, de colonização, calculadas para amalgamar grupos sociais inteiros em projetos específicos. Sem sombra de dúvidas, um dos artifícios de colonização mais efetivos é a manipulação da linguagem – o que comenta Fanon (2008), no tocante ao poder socialmente caracterizador animado pela língua.

A manipulação da linguagem está relacionada com as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade. Com mecanismos implícitos (e muitas vezes explícitos), grupos dominantes transformam determinados discursos e os fazem circular de uma forma naturalizada e universal, mantendo, desta forma, certas práticas discursivas

6. É importante aqui salientar a noção de texto em seu sentido mais amplo: os textos, então, são unidades da linguagem em uso contextualmente situadas em uma dada cultura, podendo ser elas apresentadas em diversos modos semióticos (fala, escrita, imagens, etc.).

inquestionáveis. Essas práticas carregam ideologias que servem estrategicamente para manter a hegemonia social desses grupos, mantendo-os no topo das relações de poder. Um dos fundamentos norteadores da ACD é possibilitar um rompimento com as práticas abusivas de poder através de questionamentos sobre exclusões sociais e discriminação resultantes de relações desiguais nas quais são propagadas pelo discurso. A ACD, portanto, tem uma posição política<sup>7</sup> nestes processos.

Outra característica essencial da ACD é sua natureza transdisciplinar. A crítica social textualmente orientada proposta por esse campo de estudos busca quebrar as limitações disciplinares, interagindo com outros saberes a fim de explicar os fenômenos sociais em análise. Dentre as inúmeras possibilidades, cito a Ciências Sociais, Ciências Políticas, História, como exemplos de disciplinas comumente visadas para o diálogo com a ACD. O caráter transdisciplinar, dessa maneira, “advém de sua própria origem, de sua concepção de discurso, de seu caráter crítico, de sua visão dialética, mas também de suas possibilidades metodológicas” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 68). Tendo em vista a transdisciplinaridade como fundamento teórico e metodológico, a ACD proporciona construir uma metodologia que contemple as especificidades de fenômenos sociais e suas singularidades. Esse fato, portanto, pode justificar o crescente número de estudos sob essa perspectiva na América Latina, incluindo o Brasil.

Em 1995, tivemos a criação da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso, ocorrido em Caracas, Venezuela, onde se reuniram diversas/os pesquisadoras/es do discurso que se debruçavam sobre a compreensão das práticas discursivas em seus contextos<sup>8</sup>. Dentre essas/es estudiosas/os, muitos afirmam que, para além das discussões acerca dos resultados de pesquisa – as evidências textuais tradicionalmente explicadas em diálogo com outras disciplinas das ciências sociais e humanas, respaldadas na transdisciplinaridade da ACD a fim de explicar os fenômenos sociais através da linguagem –, é urgente pensar em criações locais de teorias e metodologias a fim de superar o falso ‘conhecimento universalizante’ tão consolidado na ciência moderna (RESENDE, 2017, 2019; PARDO, 2011, 2019; VIEIRA, 2019). A ACD sob uma perspectiva decolonial, nesse modo, tem sido desenvolvida nos últimos anos no Brasil e demais países latino-americanos, destacando a relevância da linguagem na compreensão dos problemas sociais contemporâneos/atuais, tendo em conta as consequências da colonização em nossos contextos, os quais não são apenas no âmbito econômico, mas também em diversos outros setores como uma dominação simbólica. Logo, falo aqui da colonialidade.

Quando direciono a minha fala para a dominação simbólica, é necessário falar sobre a ‘colonialidade de saberes’ nos estudos discursivos, tema amplamente pautado pela escola latino-americana da análise crítica do discurso (ACD-LA). De acordo com Resende (2019), no Brasil, temos as disciplinas dos estudos discursivos solidificadas em diversos espaços acadêmicos. Contudo, esses estudos “dividem-se basicamente em duas grandes linhas: a análise de discurso francesa e análise de discurso inglesa. Só os nomes pelo quais conhecemos essas vertentes de estudos discursivos já nos dizem da colonialidade do campo” (RESENDE, 2019, p. 19). Em seguida, a referida pesquisadora afirma que essas vertentes revelam as formas tradicionais de aplicar teorias provindas do Norte Global e que se consolidam como pensamentos teóricos universais, sem pouca modificação no contexto em que são aplicadas, assim como aponta o nosso lugar subalterno de produção no campo acadêmico. A decolonialidade no campo discursivo deveria, portanto

dirigir-se a três caminhos convergentes: decolonizar o saber, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, e compreender como propões o giro decolonial que não há conhecimento universal [...] decolonizar o poder de ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodologia local [...] e decolonizar o ser, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão dos saberes, incluindo também o **conhecimento comum** [grifo meu]. (RESENDE, 2019, p. 20).

Para Santos (2019, p. 122), pertencer a ACD-LA é “consolidar um posicionamento”, pois diante das elites latino-americanas as quais produziram mecanismos culturais e epistêmicos para legitimar por um viés científico a hegemonia ocidental e a supremacia da branquitude, o projeto político-acadêmico “pode mostrar-se como uma das possibilidades de restituição histórica mais palpáveis” (SANTOS, 2019, p. 128).

7. Aqui, a questão da posição política vai diretamente ao encontro do sentido da palavra ‘crítico’ que a ACD carrega em seu nome. Conforme mencionado por Van Dijk (1986), os estudos críticos da discussão não fazem apenas descrições linguísticas sobre determinado texto em análise; o que fazer com os resultados dessa análise é tão relevante quanto a discussão que determinada pesquisa busca atender. Nesse sentido, “ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas.” (VAN DIJK, 1986, p.4).

8. Para mais informações da associação, veja o site: <http://aledportal.com/>

Tendo em mente o entendimento desses princípios da ACD e da ACD-LA, os quais foram brevemente apresentados, as contribuições de pensamentos afroperspectivistas e decoloniais serão apontadas a seguir.

## 2. APORTES DO PENSAMENTOS AFROPERSPECTIVISTAS E DECOLONIAIS PARA OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

“universal/específico;  
Objetivo/ subjetivo;  
Neutro/pessoal;  
Racional/emocional;  
Imparcial/parcial;  
Elas/eles têm fatos/ nós temos opiniões;  
Elas/eles têm conhecimento/ nós temos experiências.”  
(Grada Kilomba)

Nesta seção, discorro sobre as contribuições dos pensamentos afroperspectivistas para ACD, os quais se configuram a partir de reflexões conceituais que façam refletir sobre o discurso, as relações entre linguagem e racismo, dentre outros elementos relevantes (GONZALEZ, 1988; CARNEIRO, 2005, 2011; GOMES, 2005; RIBEIRO, 2017, 2019; ALMEIDA, 2019; NASCIMENTO, 2019; COLLINS, 2019; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019; FANON, 2008; BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018; MAKONI et al, 2003).

Um dos aspectos de suma importância pautado no pensamento na luta dos povos afrodiáspóricos é a centralização da ‘raça’ como componente estruturante nas sociedades do ‘sistema mundo moderno/colonial’ (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018, p.11). De acordo com Grosfoguel (2018, p.11), o racismo é, portanto, um “princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas”. Desse modo, para entendermos as dinâmicas sociais presentes em nossas sociedades, é impossível deixar de lado a ‘raça’ como um marcador social. Para discutimos sobre ‘raça’ e ‘racismo’, primeiramente, é importante apontar seus conceitos dentro da afroperspectiva a fim de um melhor entendimento; contudo, aponto que esses termos têm sido intensamente discutidos pelos coletivos e movimentos negros, assim como nos campos das ciências sociais. Devido a diversas correntes de pensamento, não há um consenso único sobre a definição desses termos. No entanto, busco trazer as perspectivas de autoras/es negras/os que não estão apenas em instituições acadêmicas, mas que estão politicamente engajadas/os com as questões raciais em nosso contexto brasileiro.

A categoria social ‘raça’ é um conceito histórico, socialmente situado, não fixo, conforme estabelecido por Almeida (2019). Além disso, ‘raça’ é um conceito relacional, pois ele é construído a partir do olhar do outro. Nascimento (2019, p.11) ressalta que

É preciso entender, portanto, o signo “negro” como um conceito novo criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade “negra” como “naturalmente” deles.

Ademais, Almeida (2019, p. 21) argumenta que, historicamente, a raça se conceitua a partir de dois pontos norteadores, que, segundo esse pensador, “se entrecruzam e se complementam”, sendo eles

1. como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; 2. como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”.

A raça, nesse modo, está intrínseca nas ideologias coloniais (a partir do século XVI) e neocoloniais (Conferência de Berlim em 1884), ao discurso de inferioridade racial de povos pertencentes aos países colonizados, onde, em um primeiro momento, os colonizadores teriam como justificativa do processo colonizatório a *missão* civilizatória e de salvação destas ‘criaturas selvagens’ (igreja católica como instituição ideológica central) e, posteriormente, a justificativa da desorganização político-econômica desses países e assim, conseqüentemente, dividir politicamente continente africano para exploração resultante da primeira amostra do capitalismo como um sistema falho.

Em seguida, o que vemos é um movimento sistemático da propagação conceitual da raça vinculada a uma inferioridade naturalizada, fortificada por teorias ‘pseudocientíficas’ sobre raça e biologia no século XIX (ALMEIDA, 2019). Teorias estas que, mesmo sendo refutadas, pois não há evidências biológicas que classifiquem os seres humanos em categorias raciais, (ainda) servem como um fio condutor das práticas da colonialidade. Por isso, partindo do entendimento que essa é uma categoria social, pensadoras/es afrodiáspóricas/os se apropriam desse termo para explicar as estruturas sociais que são racistas, pois “em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência mas “verdadeira superioridade”” (GONZALEZ, 1988, p. 71). Ainda, segundo Gomes (2005, p. 45),

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

O racismo, assim sendo, é um fruto da construção sócio-histórica de raça. O racismo é

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 22).

São desvantagens oriundas da desumanização das populações afrodiáspóricas ao longo da nossa história, a ponto do racismo, na forma de um princípio constitutivo, se estabelecer como “uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não tem” (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2018, p.11) – conforme podemos ver, em nossa sociedade contemporânea, o genocídio da juventude negra.

Mesmo havendo tentativas seculares por parte dos colonizadores de extermínio das/os negras/os em condições escravizadas e posteriormente de suas/seus descendentes, através da dizimação de seus corpos, dos projetos de branqueamento da população, do linguicídio<sup>9</sup>, dentre outras formas extremamente violentas (violências físicas e simbólicas), as populações negras contribuíram substantivamente para o que entendemos hoje como cultura brasileira. Pois elas criaram “novas formas de espiritualidade, conhecimento, subjetividade, sociabilidade”, conforme apontam Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018, p.17), o que são de fato “projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança”. Com relação à linguagem, podemos observar diversos legados e línguas africanas expressivos na língua portuguesa brasileira; contudo, de acordo com Gonzalez (1988, p.70), “tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional”, etc., que minimizam a importância da contribuição negra”.

Sendo uma das importantes intelectuais do pensamento afrodiáspórico no Brasil, Lélia Gonzalez – antropóloga, professora e ativista – denunciou em seus diversos trabalhos o “racismo à brasileira”, a falsa “democracia racial brasileira” e o pensamento supremacista branco predominantes em nossas formações do saber, dentre outros aspectos fundamentais para entender a construção da nossa sociedade racista como resultado do colonialismo e imperialismo. Em um de seus trabalhos, ela destaca a marca de africanidades na fabricação histórica do português falado no Brasil – o que ela chama de *pretuguês*. Para Gonzalez (1988, p. 70),

É certo que a presença negra na região caribenha (aqui entendida não só como a América Insular, mas incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul) modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região [...] O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (l ou r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo. [...] Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis, se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças, etc.

9. *Linguicídio*, segundo Nascimento (2019), é “um epistemicídio que se dá por meio da linguagem (seja pela conceituação, pela nomeação ou pela discriminação direta) ou das políticas linguísticas” (p.13). Nascimento (2019) aponta ainda que o termo tem sido utilizado em pesquisas críticas sobre o estudo da linguagem, como nos estudos do linguista indiano Kanavillil Rajagopalan. O linguicídio está atrelado à definição de epistemicídio, no sentido do extermínio do conhecimento dos povos colonizados perante o mundo, assim como a legitimação do que é considerado conhecimento ou não. A dizimação das línguas faladas por africanos e pelos povos originários e a imposição das línguas dos colonizadores (português, espanhol, francês, etc.) são ilustrações substanciais das experiências afrodiáspóricas de linguicídio e epistemicídio.

Afirmo que o pretoguês, ao longo de seu processo sócio-histórico e em tempos atuais, sofre com a hierarquização das línguas, causando a exclusão dos indivíduos que o falam. A hierarquização se dá pelo conceito de língua padrão e pela forma ‘correta’ (português), muitas vezes chamada de norma culta, em relação à língua ‘falada’, aquela que é considerada sem algum tipo de refinamento. Podemos chamar essa divisão/hierarquia de preconceito linguístico, barrando o acesso de muitos grupos a determinados espaços por ‘falta’ de conhecimento linguístico. Esses grupos também são alvos de diversas formas de inferiorização, desde *chacotas* até a criação de estereótipos.

Podemos notar que estudiosas/os negras/os provenientes de territórios afrodiáspóricos já teorizavam sobre a relação entre a linguagem e o racismo. Franz Fanon, intelectual negro provindo da Martinica, é um nome importante para entendermos não só esses aspectos linguísticos, mas também as demais questões raciais perpassadas pela colonialidade. Em seu livro, *Pele negra, mascaras brancas*, Fanon (2008, p. 34) desenvolve argumentos, através da psicanálise, sobre a importância da linguagem nas práticas racistas, onde a língua então se torna um espaço da colonialidade e de hierarquização, conforme vemos na passagem abaixo:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será.

Portanto, a linguagem, na colonialidade, é um instrumento de poder. Uma vez que o sujeito colonizado passa a usar a língua do colonizador, é possível a mobilidade social e o afastamento de sua inferioridade. Além disso, em seu texto, Fanon (2008) aponta diversos pontos que perpassam pela linguagem a fim de compreender a racialidade, partindo da relação entre os negros martinicanos e sua relação com a língua colonizadora.

Pra Nascimento (2019), o preconceito racial é “entrelaçado com o social e o linguístico”. Nesse sentido, ele chama essa relação de racismo linguístico. Para ele, o racismo linguístico está diretamente subordinado, diante de inúmeras formas de opressão, às políticas linguísticas mandatórias aos povos originários e afrodiáspóricos. Tais políticas, segundo o autor, não são neutras; elas vão desde o próprio linguicídio desses povos, até a precarização do acesso à educação desses indivíduos. Nascimento (2019, p.15) oferece o seguinte exemplo:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação (2017) mostrou que o analfabetismo entre os negros é duas vezes maior do que entre brancos. Quando analisamos os dados de escolarização básica, os números parecem reforçar nossa preocupação. Entre as pessoas brancas, por exemplo, 70% dos jovens a partir dos 15 anos estão no ensino médio, contra apenas aproximadamente 55% entre os negros. Como podemos ver, a evasão escolar (produzida pela figura da precarização e abandono dos negros) anda de braços dados com o genocídio do povo negro (o que, as últimas pesquisas, só tem se aprofundado). Os dados do Atlas da Violência (2018) mostram que outro extremo desse *continuum* do horror ao apontar que, em dez anos, (de 2006 a 2016) a taxa de homicídios de indivíduos não negros caiu 6,8% enquanto a de negros subiu 23,1%.

Com esta argumentação, Nascimento (2019) conclui que não existem políticas linguísticas promovidas pelo estado brasileiro – a inexistente apresentação de políticas inclusivas já é um indício de parcialidade o qual promove exclusão aos ‘não brancos’ em nosso país.

Uma vez entendendo a conexão do linguicídio com epistemicídio, cito outro ponto para reflexão: a colonização do saber – processo sócio-histórico que afeta profundamente as práticas sociais. Ao debater sobre a colonização do saber, retomo a fala de pensadores de uma perspectiva decolonial, como Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018). Segundo esses autores, o questionamento perante ao que hoje entendemos por *conhecimento* é um dos temas centrais na perspectiva da decolonialidade. Nesse sentido, o projeto decolonial parte de uma condição político-acadêmica com pressuposto de trazer à tona os processos de colonização no âmbito do saber, os quais foram (e são) processos reprodutores de lógicas não só econômicas, mas de todos os âmbitos, como a política, cognitiva e de existência. Um exemplo seria o que Gonzalez (1988, p.73) afirma sobre as meticulosas estratégias de inferiorização de negras/os, como o “estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial, culminando no ‘desejo de embranquecer’ o qual é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.

Se pensamos no racismo como componente estruturante dos fenômenos sociais, logo as práticas de produção do conhecimento também são organizadas por essa base ideológica. Nesse sentido, o conhecimento produzido em espaços educacionais parte de um modelo positivista eurocentrado do fazer científico, onde, em seu processo construtivo, criou-se uma ideia de universalismo abstrato, enquanto as demais formas de organização são consideradas “pré-modernas, atrasadas e equivocadas” (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2018, p.11). Acrescento, seguindo Nogueira (2019, p. 23), que temos um conhecimento considerado “universal

porque trata do Homem”, sendo esse homem “ocidental, branco, civilizado, adulto, heterossexual, culturalmente cristão”. Portanto, o racismo aqui é estruturante no sentido de denominar o que é um conhecimento válido e o que não é. Além do entendimento sobre o processo de extermínio de saberes não eurocentrados e a ‘hierarquização do saber’, Carneiro (2005, p. 96) constata as diversas consequências do epistemicídio, conforme apontadas no trecho a seguir:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.

Por isso, Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) mobilizam as noções de geopolítica e corpo-política do conhecimento, vastamente difundida por pensadoras negras afrodiaspóricas no campo do saber, como estratégia de criticismo às construções eurocentradas do saber científico. O universalismo abstrato, tão dissolvido na produção do conhecimento, de fato provém de uma localidade (dos países do Norte Global) e se apresenta como hegemônico e passível de ser aplicado em qualquer ponto geográfico do mundo. Contudo, ao não esconder o lugar de enunciação, ou seja, da afirmação corpo-política da produção de conhecimento se torna necessária para desarmar esse conhecimento “desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica” que “aniquila a crença das pessoas nelas mesmas” (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2018, p. 13).

A noção geopolítica do saber culmina em centralizar pensadoras/res negras/os como produtoras/es de conhecimento, principalmente no que tange aos temas de pesquisas relacionados com suas lutas antirracistas. É o que Kilomba (2019) argumenta sobre deixarmos de ser objetos dos estudos com “discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” para sermos sujeitos produtores de conhecimento (p. 51). A pesquisadora aponta que

Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, este lugar de “outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência de interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós” (p.51).

Esse é um dos aspectos que o projeto político-acadêmico decolonial e afroperspectivista busca transgredir. Contudo, quanto ao projeto decolonial, Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018, p. 10) apontam para o possível risco desse projeto em continuar com seu ponto norteador (*locus* de enunciação negro), uma vez que projetos com esse cunho político tradicionalmente malogram na academia brasileira (e racista). Esses estudiosos observam que

esse é um risco que visualizamos quando diversos acadêmicos brasileiros começam a utilizar o título decolonialidade nos seus trabalhos acadêmicos e, no entanto, não citam qualquer autor negro ou indígena, ou sequer têm relação com movimentos sociais, limitando-se a dialogar com membros da rede de investigação modernidade/colonialidade e com outros teóricos latino-americanos que falam a partir de uma perspectiva da população branca.

Dentro dos estudos linguísticos, cito como exemplo de noção de geopolítica e corpo-política do conhecimento, um grupo de estudiosas/os negras/os que afiliou seus estudos ao que chamam de ‘linguística negra’ (tradução livre de *Black Linguistics*), o qual acata estudos conduzidos por negras/os afrodiaspóricas/os e africanas/os que buscam estudar fenômenos linguísticos de suas comunidades, tendo os seguintes princípios: 1) essas/es pesquisadoras/es são pertencentes às comunidades nas quais suas pesquisas são conduzidas; 2) essas/es estudiosas/os enfatizam o cunho ideológico de suas pesquisas, no sentido de haver um engajamento sócio-político, pois é entendido que a colonialidade continua a oprimir a vida de pessoas negras de diversas formas; 3) a raça é um componente estruturador das referências linguísticas, que centraliza os estudos de estudiosas/os negras/os; 4) a linguagem aqui é vista como uma prática social; esses estudos, portanto, frisam os aspectos sócio-históricos da linguagem, assim como as mudanças na ‘categoria do pensamento’ e a historiografia de análises linguísticas das línguas negras em diferentes períodos do tempo (Makoni et al. 2003).

Nesse sentido, as colaborações dessa corrente de pensamento com os estudos críticos do discurso, para além da reflexão perante os princípios previamente citados, podem estar no entendimento do que são a linguagem, a responsabilidade social das investigações e também a busca de perspectivas teóricas e de metodologias que correspondam com essa visão de pesquisa. No que tange a responsabilidade social da pesquisa, Makoni et al (2003) afirmam que ser responsável significa produzir uma pesquisa que tenha relevância social para a comunidade, assim como buscar não propagar estereótipos negativos das/os participantes. Quanto à linguagem, como foi previamente mencionado, nestes estudos se caracteriza como uma prática social e comunicativa. Ou seja, é perceptível que

os padrões gramaticais devem ser desconstruídos e entendidos dentro dos contextos sociais e políticos em que são usados. Do ponto de vista da língua negra como prática social, nossas análises da língua e das variedades linguísticas tornam-se inseparáveis das comunidades e das sociohistórias que criaram essas línguas e variedades. (MAKONI et al., p. 11, tradução minha).

Deste modo, Makoni et al. (2003) argumentam que as abordagens analíticas devem ir além de metodologias hegemônicas encontradas em estudos tradicionais da linguística; estudiosas/os da linguística negra estão atentas/os em produzir conhecimento tanto da língua per se quanto dos sujeitos que a criam e, portanto, é relevante que seus estudos destaquem aspectos sócio-históricos, econômicos e políticos, assim como as vozes desses indivíduos. Portanto, a linguística negra está preocupada com "o impacto da divulgação dos resultados junto do público dentro e fora da Academia" (MAKONI et al., 2003, p. 11).

Aqui, volto à seguinte pergunta proposta na seção introdutória deste artigo: "Por que e como buscar uma afroperspectiva para os estudos críticos do discurso, sendo esses provindos de epistemologias do Norte Global?". Acredito que, neste ponto da discussão, posso afirmar que essa busca de uma afroperspectiva possibilita uma quebra de paradigma da colonialidade, sendo um caminho de produção acadêmica que tenha relevância social para sua localidade e, assim, permitindo um diálogo horizontal e diversificado. De acordo com Santos (2019, p. 128),

sua configuração atual [dos estudos acadêmicos] não a livra do 'empoderamento de minorias' acadêmico, pressupondo a supremacia dos/as profissionais universitários em detrimento das pessoas que colaboram com a pesquisa. A ACD-LA segue um percurso parecido ao desenvolver e ter excelência teórica, mas observo, engatinha na prática articulada com a sociedade fora da academia – muitas vezes, colaboradora fundamental das pesquisas nas quais a abordagem é aplicada".

Ademais, Gomes (2005, p. 39) defende o diálogo entre a academia e os movimentos sociais, ponto que, diante de um projeto de decolonização acadêmico, se torna primordial. A educadora argumenta que

é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretção da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos.

Entendo que, para transcender a imposição eurocentrada, a construção do saber deve interseccionar diversos modos de pensar que possam coexistir, ao invés de sobrepor outro modelo único de conhecimento, conforme apontado por diversas intelectuais negras relevantes para o pensamento afroperspectivista (GONZALES, 1998; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 2017,2019; COLLINS, 2019; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019).

Neste ponto de nossa discussão, você leitora/leitor pode estar pensando: qual o lugar das/dos brancas/os na produção de um conhecimento antirracista? Busco na noção de 'lugar de fala' – termo conceituado pelas feministas negras e apropriadamente discutido pela filósofa Djamila Ribeiro no Brasil – para apontar uma resposta para essa pergunta. O conceito lugar de fala tem sido abundantemente utilizado em discussões recentes sobre a questão racial, sendo algumas vezes utilizado de forma errônea, como já apontada pela própria filósofa, posteriormente à publicação de seu livro *O que é lugar de fala?*, em 2017.

A noção de "lugar de fala" busca entender que todas/os partimos de um local sócio-histórico ao discutirmos sobre qualquer aspecto do mundo. Isso refuta, então, a ideia de neutralidade do pensamento eurocentrado e busca romper com uma voz única de explicação da humanidade, dando a vez para a fala de múltiplas vozes que foram historicamente silenciadas. Neste sentido, se há um lugar de fala, é importante que haja a conscientização dele: pessoas brancas falam de um lugar social também, trazendo consigo todas as construções identitárias do seu lugar que, historicamente, foram pautadas em privilégios. Ribeiro (2019, p. 33) argumenta que

trata-se de refutar a ideia de um sujeito universal – a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição de privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja violento.

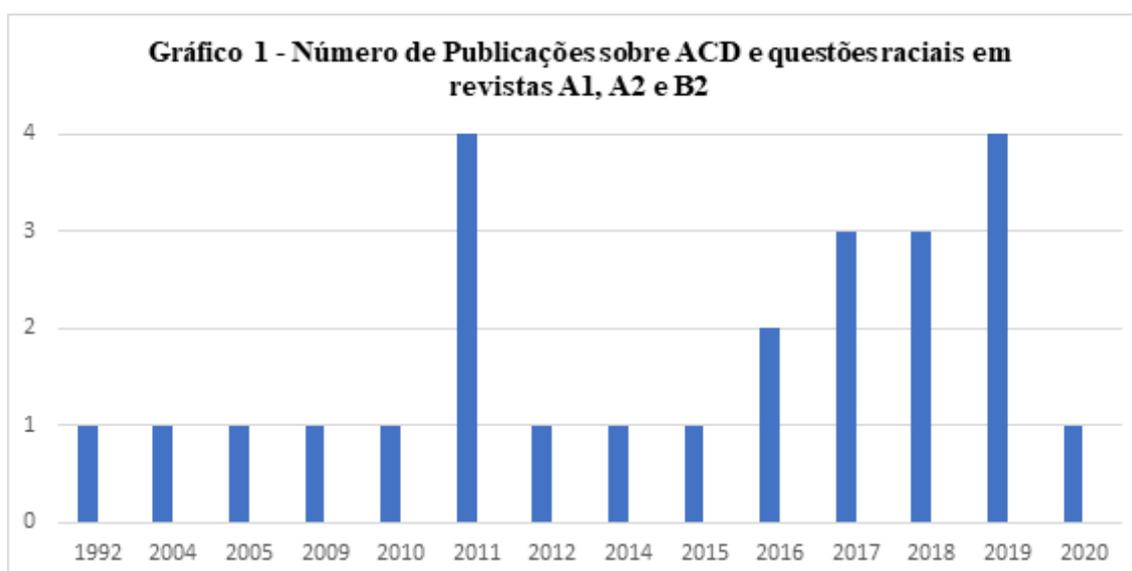
Logo, entender que a condição dos brancos como um grupo racializado, releva a importância de discutir a branquitude e seu impacto na sociedade, pois as “pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre focado na negritude” (RIBEIRO, 2019, p. 31). Para notar isso, basta fazer uma pesquisa rápida em revistas científicas sobre estudos do discurso, raça e branquitude; perceberemos o quanto é incipiente esse tema nos estudos discursivos. Por outro lado, temos diversos estudos discursivos sobre a negritude, majoritariamente produzidos por pesquisadores brancos (ênfase aqui o gênero masculino).

Em seu livro, *Pequeno Manual Antirracista*, Ribeiro (2019) aponta caminhos para o engajamento dos brancos na luta contra as desigualdades raciais e, dentre várias sugestões, estão breves experimentos empíricos de marcas dessas desigualdades, como, por exemplo, questionar a ausência de pessoas negras em espaços de liderança, na universidade, em dramaturgias, etc. Posteriormente, a autora enfatiza a importância de, para além de problematização, propor ações para uma mudança social. Assim sendo, estendo a proposta de Ribeiro (2019) no que tange nossa área de estudos, propondo a seguinte questão para reflexão: quantas/os intelectuais negras/os você, leitora/leitor, conhece e cita em suas pesquisas?

### 3. RECENTES PESQUISAS COM A PERSPECTIVA DA ACD SOBRE RACISMO NO BRASIL

Nesta seção, apresento um levantamento de pesquisas publicadas nos últimos anos em revistas das comunidades científicas brasileiras de Qualis/CAPES A1, A2 e B1 que abordassem questões raciais sob o viés da ACD, a fim de apontar para uma visão geral dos estudos locais acerca dessa temática. Qualis/CAPES é um sistema de avaliação de periódicos brasileiro que classifica tais periódicos quanto a sua qualidade (A, B ou C). Esse sistema faz parte da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior.

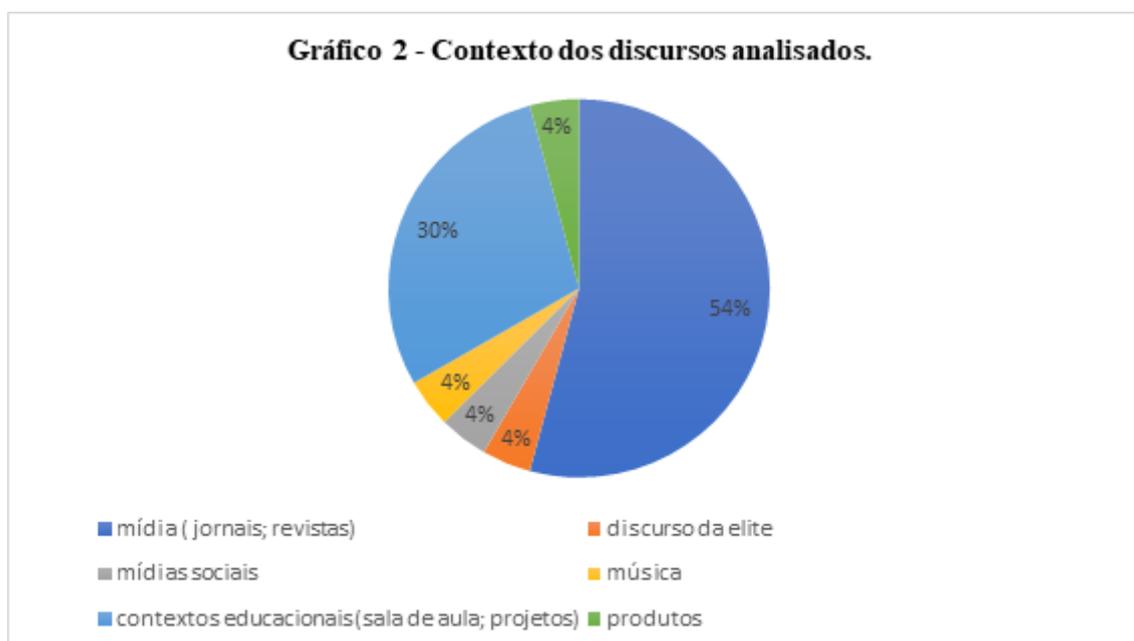
Primeiramente, como procedimento de coleta da informação, busquei todas as revistas científicas brasileiras que têm as qualificações indexadas na plataforma virtual da Qualis/CAPES através do mecanismo de busca da plataforma Sucupira<sup>10</sup>. Posteriormente, verifiquei nos sítios de cada periódico, também através de seus mecanismos de busca, artigos contendo os termos relacionados a *ACD*, *raça* e *racismo*: foram encontradas ao todo 25 publicações. O gráfico a seguir aponta o número de publicações encontradas e seus respectivos anos.



Quanto à questão dos números totais dos artigos, é importante ressaltar que devido a um dos filtros de escolhas do artigo ser pesquisas que abordem teoricamente e metodologicamente a ACD, o número de artigos

10. A plataforma para consulta de Qualis das revistas: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

sobre questões raciais caiu drasticamente. Isso quer dizer que existe uma quantidade significativa de artigos que tratam questões raciais; porém, a maioria dessas pesquisas tem como arcabouço teórico os estudos discursivos que são considerados pertencentes à vertente francesa (autores como Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau e Foucault) ou são estudos culturais e literários. Com relação ao gráfico acima, podemos observar que, com exceção do artigo publicado em 1992 (artigo este escrito pelo teórico Theo Van Dijk), temos publicações nas últimas duas décadas. Outro aspecto relevante aponta que os estudos sob perspectiva da ACD sobre práticas raciais discursivas tiveram seu devido crescimento e enfoque nos últimos anos, a partir de 2016. Com relação aos assuntos e contextos abordados, o segundo gráfico abaixo oferece um panorama dos assuntos abordados:



De acordo com os estudos publicados, a mídia, como jornais e revistas, engloba 54% dos artigos selecionados, enquanto contextos educacionais englobam outros 30%. Nesse sentido, pude observar que esses estudos discutem a representação de negras/os em vários veículos de comunicação, assim como as representações discursivas de negras/os e também de indígenas na sala de aula do ensino básico. Podemos notar, portanto, a contribuição dessas pesquisas para o entendimento de como os discursos são produzidos e reproduzidos nas mídias, os quais, através do processo de recontextualização discursiva e, tendo em vista a serventia dos grandes veículos de comunicação para os grupos no poder, observamos os estereótipos negativos de indivíduos racializados e, conseqüentemente, nutrindo demais práticas racistas. Outra questão levantada por esses estudos está relacionada aos mecanismos discursivos que refletem o que chamamos da “negação do racismo” no Brasil. Guillem (2018) chama este momento de “pós-racial”, onde as práticas racistas são individualizadas, sendo elas acusadas de ignorância ou de meras opiniões, mostrando assim as formas sutis de reprodução de um racismo estruturado – o qual é um problema coletivo e não individual.

Com relação ao arcabouço teórico, notei que esses estudos se baseiam predominantemente na abordagem sociocognitiva de Theo Van Dijk. Esse teórico é conhecido por desenvolver trabalhos no campo da ACD relacionados a discurso e racismo. Em seguida, há inúmeras citações teóricas e categorias de análises de Norman Fairclough que, assim como Van Dijk, é um teórico considerado de grande relevância na construção da epistemologia dos estudos críticos discursivos. Dentre demais abordagens metodológicas inclusas nesses trabalhos, cito a gramática sistêmica funcional, de Michael Halliday, o sistema de avaliatividade, de James Robert Martin e Peter White, e as abordagens da multimodalidade, de Theo Van Leeuwen e Guthen Kress. Notei, contudo, pouco diálogo com teóricas/os da ACD da América Latina. Além disso, pouquíssimos estudos apontaram uma abordagem decolonial. Apenas três trabalhos trouxeram uma perspectiva interseccional, mencionando autoras negras como Kimberlé Crenshaw (intelectual que cunhou esse termo), bell hooks e Patricia Hill Collins.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade racista, não basta não ser racista;  
é preciso ser antirracista.

(Angela Davis)

Diante dos diversos apontamentos que trouxe neste artigo e levando em consideração um dos princípios da ACD de “promover justiça social”, afirmo que temos algumas pistas de quais caminhos devemos percorrer; porém, ainda temos muita caminhada à frente para promover reparação histórica aos povos afrodiáspóricos. Entender que o racismo é estrutural e que, para desconstruí-lo, é necessário termos uma postura antirracista, conforme nos afirma a filósofa e militante Angela Davis, pode se tornar o início dessa caminhada em busca da pluralidade de perspectivas epistemológicas no campo da Análise Crítica de Discurso.

Propus reflexões que contribuíssem para a construção de pesquisas que busquem falar sobre racismo e discurso sob a perspectiva da ACD no âmbito teórico. Contudo, me restringi à discussão no campo do conhecimento, sem trazer explicitamente formulações metodológicas prontas, pois, apesar de entender a sua importância e propor para nossos próximos diálogos uma discussão com o campo das ferramentas metodológicas, devemos primeiramente partir do aprofundamento dos conceitos que envolvem a afroperspectividade no campo da ACD, para que, a partir dela, se desenvolvam bases epistemológicas que delineiam as metodologias que, por sua vez, efetivem de modo prático suas propostas. Ademais, sugiro uma reflexão partindo das questões levantadas por Santos (2019) perante ao processo de produção acadêmica aqui colocadas em modo de tabela:

Tabela 1 – Questionamentos diante das nossas práticas de pesquisa

- [A pesquisa] está -se rompendo concretamente com uma lógica colonizadora?
- A mudança social está acontecendo com o envolvimento ativo dessas áreas do conhecimento?
- Pesquisadoras/res negras/nos estão entendendo-se mesmo como povo negro, suscetível a todas as implicações que ser negro na América Latina acarreta?
- E o retorno para o povo está acontecendo de forma central e articulada?
- Como a academia poderia efetivamente reconhecer o lugar de privilégios que segue mantendo, e verdadeiramente fazer parte do seio social, avançando no discurso da extensão, rumo à luta dos povos submetidos à colonização de seus corpos e mentes?
- Conseguiria parar de construir castelos, passar a estabelecer pontes?
- Lograria constituir-se como parceira da resistência do povo negro (em sua heterogeneidade)?

Fonte: (SANTOS, 2019, p.128).

Quanto ao levantamento de estudos sobre ACD e às questões raciais aqui propostas, aponto suas limitações e sugestões para outras pesquisas: devido ao grande número de revistas interdisciplinares, selecionei apenas os artigos de revistas com *qualis* classificadas de A1 a B1; contudo, seria de suma relevância fazer um mapeamento de teses e dissertações de nossas pós-graduações de *strictu senso*, assim como demais periódicos com outras qualificações (B2, C, etc.) para termos uma visão mais ampla da produção acadêmica sobre o tema em questão. Adicionalmente, enfatizo que essas observações não buscam de forma alguma desqualificar esses estudos, e sim analisar como estão sendo feitos. Da mesma maneira, também não tenho interesse em apontar que há apenas uma perspectiva correta de análise discursiva; conforme apontado por Resende (2019), não se trata em refutar as teorias e as metodologias provinda do Norte Global, mas de entender que não há conhecimento “universalmente válido”; ou seja, “não é criar um ponto zero, mas reconhecer que o ponto zero nunca existe” (p. 29).

Para finalizar de uma forma não usual, compartilho aqui um argumento de Nascimento (2019, p. 19) que acredito ser muito relevante para entendermos a relação entre linguagem e racismo.

uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais de políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação.

Enquanto linguistas sociais, é relevante repensar e até mesmo desconstruir nossas perspectivas, entendendo que o racismo está estruturado também em nossas produções de conhecimento. Assim, a pluralização das possibilidades de pensar ACD a partir de conceitos e epistemologias diferentes daqueles nas quais foram configurados, principalmente no âmbito do pensamento hegemônico ocidental, amplia as formas de produção de conhecimento no campo discursivo. Trata-se de um movimento de desconstrução que vai além dos processos que definem as relações de saber, mas que também repensam e ressignificam as estruturas de poder que reduzem, marginalizam e invisibilizam outras práticas e formas de sentir, ver e interpretar o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen. (Feminismos Plurais).
- BÂ, A. H. (1980). A tradição Viva. In ISKANDER, Z. (Org.) *História Geral da África*. Vol. 1. São Paulo: Ática, Unesco, p. 181-218.
- BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (2019). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- CARNEIRO, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo: São Paulo.
- CARNEIRO, S. (2005). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora.
- CARNEIRO, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro. (Consciência em debate).
- COLLINS, P. H. (2019). Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Cap. 6. p. 139-170.
- FANON, F. (2008). *Pele negra, mascarar brancas*. Salvador: Edufba.
- GOMES, N. L. (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação. (Coleção pra todos).
- GONZALEZ, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun.
- GUILLEM, S. M. (2018). Race/ Ethnicity. In: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*. Nova Iorque: Routledge, Cap. 24. p. 359-371.
- HEYWOOD, L. M. (2008). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- HOOKS, B. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.L.], n. 16, p. 193-210. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.
- KILOMBA, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- LOPES, N.; SIMAS, L. A. (2020). *Filosofias Africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAKONI, S. et al (2003). *Black Linguistics: language, society and politics in Africa and the Americas*. Nova Iorque: Routledge Press.
- NASCIMENTO, G. (2019). *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento.

- NOGUEIRA, R. (2019). *Ensino de filosofia e a lei 10639*. Rio de Janeiro: Editora Pallas.
- PARDO, M. L. (2019). Decolonização do conhecimento nos Estudos do Discurso. In: RESENDE, Viviane de Melo (org.). *Decolonizar os estudos críticos da linguagem*. Campinas: Pontes Editores, Cap. 3, p. 47-62.
- PARDO, M. L. (2011). *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites.
- RESENDE, V. M. (2017). Análise do Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In RESENDE, Viviane de Melo, REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas. Pontes Editores.
- RESENDE, V. M. (2019). Perspectiva latino-americana para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane de Melo (org.). *Decolonizar os estudos críticos da linguagem*. Campinas: Pontes Editores, Cap. 1, p. 19-46.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- RIBEIRO, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento. (Feminismos Plurais).
- RIBEIRO, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, G. (2019). Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. In: RESENDE, Viviane de Melo (org.). *Decolonizar os estudos críticos da linguagem*. Campinas: Pontes Editores. Cap. 6, p. 117-144.
- VAN DIJK, T. A. (1986). *Racism in the press*. London: Arnold.
- VAN DIJK, T. A. (2005). *Discourse and racism in Spain and Latin America*. Amsterdam: Benjamins.
- VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. (2018). Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (orgs.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola, Cap. 3, p. 48-77.
- VIEIRA, V. C. (2019). Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, Viviane de Melo (org.). *Decolonizar os estudos críticos da linguagem*. Campinas: Pontes Editores, Cap. 5, p. 83-116.

Recebido: 17/2/2021

Aceito: 5/3/2021

Publicado: 13/8/2021